

## CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA CONTEMPORÂNEA PARA A COMPREENSÃO DO PAPEL DA MULHER \*

MARÍLIA GRACIANO \*\*

Não creio ser possível arrolar, em uma palestra, as contribuições da psicologia contemporânea para a compreensão do papel da mulher, mesmo que seja somente para dar uma visão geral da área, pois estas contribuições são inúmeras e seria muito difícil selecionar os tópicos de maior importância. A não ser que me detivesse na enumeração das diferenças psicológicas encontradas entre os dois sexos; os dados descritivos da psicologia diferencial constituem um conjunto significativo de contribuições em termos de retrato psicológico dos dois sexos. No entanto, considerando-se que à psicologia científica interessam postulados explicativos e não dados descritivos puros, parece-me que a simples enumeração de características psicológicas diferenciais não é a melhor abordagem.

A rigor, enquanto ciência do comportamento humano, a psicologia deveria elaborar leis gerais que fossem universalmente válidas, isto é, se aplicassem ao ser humano independentemente de sexo ou raça. Este é o caso, por exemplo, de grande parte das teorias de aprendizagem, que se aplicam não só aos seres humanos mas também aos animais. Todavia, é preciso reconhecer que apenas em algumas áreas da psicologia encontramos esse grau de generalidade das leis que, embora desejável, é difícil de ser alcançado. Na maioria das vezes, a psicologia tem-se contentado em estabelecer hipóteses explicativas restritas derivadas de alguns estudos específicos, as quais necessitam ser testadas com diferentes grupos populacionais antes de serem generalizadas. Não obstante, os psicólogos freqüentemente generalizam indevidamente, elevando essas hipóteses explicativas limitadas à categoria de leis gerais sobre o comportamento humano. No caso do estudo psicológico da mulher,

veremos que essa generalização indevida ocorre com muita freqüência, levando à interpretação errônea do comportamento feminino a partir de estudos realizados com sujeitos masculinos. Evidentemente, ansiamos pelo desenvolvimento da psicologia enquanto ciência a tal ponto que não haja mais sentido falar-se em uma psicologia do homem, outra da mulher, outra específica do adolescente, outra da criança, etc. Nesse estágio ideal, princípios gerais serão capazes de explicar o desenvolvimento e a manifestação dos comportamentos em todos os seres humanos. Até lá, no entanto, é necessário que se estude cada um desses sub-grupos para se poder qualificar as hipóteses explicativas restritas e, eventualmente, reformulá-las em termos mais gerais.

Em relação ao sub-grupo mulher, que constitui simplesmente metade da raça humana, a psicologia por muito tempo ignorou a necessidade de estudá-lo separadamente. A não ser em alguns casos isolados (como, por exemplo, o da psicanalista Karen Horney), poucos autores se preocuparam em ver a mulher como um ser com características psicológicas especiais, em função de sua condição social inferiorizada que perdura por séculos e séculos. Como veremos adiante, os psicólogos tenderam a negar ou minimizar a importância dessa situação social para o desenvolvimento psicológico da mulher, mesmo quando se preocupavam em considerá-la como diferente do homem. Em geral, essa diferença era explicada em termos de diferenças biológicas o que, de certa forma, contribuía para manter a mulher conformada à sua situação.

Nos últimos anos, sentimos claramente uma mudança da atitude da psicologia em relação a este problema, paralelamente à maior aceitação das reivindicações feministas pela sociedade em geral. Essa mudança de atitude está longe de ser completa, principalmente em termos dos psicólogos enquanto pessoas. Sinto que ainda não conseguimos, enquanto grupo profissional, valorizar adequada-

\* Comunicação apresentada no Simpósio "Contribuições das Ciências Humanas para a Compreensão da Situação da Mulher". XXVII Reunião Anual da SBPC, Belo Horizonte, julho de 1975.

\*\* Do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas.

mente a mulher, e principalmente a mulher profissional de sucesso (mesmo no Brasil, onde a psicologia é uma carreira essencialmente feminina). Muitos de nós ainda não conseguiram se despojar totalmente dos estereótipos culturais que fazem do homem um ser mais capaz, mais inteligente e criativo do que a mulher e, conseqüentemente, mais valorizado profissionalmente. A este respeito, não creio que sejamos mais avançados que outros grupos profissionais, embora nossa área de trabalho e o conjunto de conhecimento que possuímos leve a pressupor tal avanço.

#### CONTRIBUIÇÕES EM TERMOS DE DENÚNCIA

Grande parte da literatura psicológica que encontramos atualmente sobre a situação da mulher pode ser classificada como denúncia do enfoque que a psicologia tem dado a este problema. Esta denúncia se dá principalmente em relação a três aspectos, que apresentarei a seguir.

I — *A psicologia tende sistematicamente a ignorar ou menosprezar a existência de diferenças devidas ao sexo.*

Esta crítica se refere à despreocupação dos teóricos em investigar a existência de diferenças entre os dois sexos nos processos psicológicos que estudam. Como disse anteriormente, essa atitude se justificaria apenas se a psicologia já houvesse atingido o status de ciência que formula leis universais. No entanto, no estágio em que nos encontramos, longe ainda da possibilidade de postular relações causais puramente abstratas, nada nos garante que as "leis" baseadas no estudo do comportamento de homens sejam aplicáveis ao comportamento das mulheres. Thelma Alper (1974), em artigo publicado na revista *American Psychologist*, mostra bem este fato, principalmente em relação aos estudos sobre o motivo para a realização, postulado por McClelland, que é definido como a tendência dos indivíduos para realizar bem as tarefas e obter sucesso. Os primeiros estudos sobre motivo para a realização empregaram sujeitos masculinos e geraram uma série de postulados que não se confirmaram quando os estudos foram replicados recentemente com mulheres. Além disso, Alper chama a atenção para o número reduzidíssimo de investigações sobre o motivo para a realização em mulheres, sendo que no livro de McClelland (1953), que continha 400 páginas, os estudos com mulheres ocuparam apenas 8 páginas. Posteriormente, o livro publicado por Atkinsons (1958) sobre o mesmo assunto trazia, entre 873 páginas, apenas uma nota de rodapé dedicada à mulher... Não obstante, desde 1951 havia dados dos quais se poderia deduzir a existência de diferenças cruciais entre os motivos

de realização nos homens e nas mulheres: Field (1951) havia demonstrado que, nelas, o motivo para realização está ligado ao motivo para ser socialmente aceita, ou seja, ser gostada. Esse problema só foi seriamente considerado a partir dos estudos de Matina Horner (1970), nos quais ela mostra que as mulheres (mesmo de nível universitário) têm medo do sucesso, que é percebido como incompatível com a feminilidade, e pode impedir que elas sejam amadas.

Este exemplo mostra como a desatenção à existência de diferenças entre os sexos acaba por mascarar fenômenos importantes. Essa desatenção, no entanto, existe como uma constante na história da psicologia, refletindo-se não só na ausência de estudos comparativos (como no caso de motivo para realização), mas também na tendência dos teóricos em negar, minimizar ou não buscar explicações para algumas diferenças que foram objetivamente encontradas (por exemplo, na realização escolar).

II — *A psicologia considera as características psicológicas que a maioria das mulheres apresenta como "naturais" e não culturalmente condicionadas.*

Essa crítica refere-se ao fato de que muito poucas teorias da psicologia consideram seriamente o peso que o estereótipo cultural do papel da mulher exerce sobre a sua formação psicológica. Apesar dos dados antropológicos de Margaret Mead (1949) mostrarem claramente que diferenças entre as "personalidades" masculinas e femininas são culturalmente e não biologicamente determinadas, por muito tempo permaneceu na psicologia a noção de que as características psicológicas das mulheres são decorrentes de sua natureza biológica.

Entre essas características, podemos citar os sentimentos maternos, a emotividade, a dependência, a fragilidade, a passividade e o conformismo. Em oposição, o homem é visto como "naturalmente" agressivo, independente, egoísta, dominante, estóico,

corajoso e capaz. Sistemáticamente encontramos teorias psicológicas que se referem, direta ou indiretamente, às diferenças “naturais” entre homens e mulheres para explicar os seus comportamentos, motivações e atitudes. Isto se dá, principalmente, nas áreas de psicologia da personalidade e psicologia clínica onde a postulação dos chamados “traços de personalidade” femininos e masculinos é mais evidente.

Se considerarmos esses traços em si mesmos, independentemente de se aplicarem a um ou outro sexo, concluiremos que o conjunto de traços masculinos são muito mais valorizados socialmente e representativos daquilo que, em psicologia, chamamos de “personalidade sadia”, do que os traços femininos. Aliás, isso ficou comprovado empiricamente por Broverman e colaboradores (1972), que pediram a seus sujeitos para indicarem, entre um dado conjunto de traços, aqueles que eram representativos da pessoa saudável e ajustada. Os resultados mostraram que os traços masculinos foram sistemáticamente mais valorizados e considerados mais representativos da pessoa sadia do que os traços femininos, o que é aliás bastante compreensível dentro do contexto social em que vivemos, onde a agressividade e a independência são essenciais.

Uma crítica interessante à noção de traços masculinos e femininos, aparece na conferência de Freud, intitulada “A feminilidade”, que é parte das *Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise* (1933). Nessa palestra, em que procura aplicar sua teoria ao desenvolvimento psicológico da mulher, Freud comenta que o uso dos termos “feminino” e “masculino” em relação a estados psicológicos deve-se a uma generalização indevida do plano de diferenças anatomo-biológicas para o plano de diferenças mentais. Segundo ele, a noção de que o masculino é ativo e o feminino passivo só tem fundamento real na situação específica de fecundação, quando o espermatozóide busca ativamente o óvulo, que o espera. Além dessa situação, Freud não encontra razão para se esperar passividade psicológica na fêmea, chegando mesmo a citar algumas espécies animais (como as aranhas) onde a fêmea é nitidamente mais ativa e agressiva, e outras (como alguns sub-grupos de macacos) onde os machos se encarregam dos cuidados com a cria. Freud lembra que as mulheres em geral tendem a ser extremamente ativas, por exemplo, no cuidado com os filhos, e adverte textualmente que “fazer ativo coincidir com masculino e passivo com feminino (...) não tem nenhuma utilidade e não acrescenta nada ao nosso conhecimento” (Freud, 1933, pág. 115). Mais adiante, acrescenta: “Talvez seja verdade que em uma mulher, a partir da sua participação no ato sexual, a preferência por compor-

tamentos e objetivos passivos se transferira em maior ou menor grau para outros aspectos de vida (...). Mas devemos ter cuidado, a esse respeito, para não subestimar a influência dos costumes sociais que igualmente forçam as mulheres a situações passivas” (Freud, 1933, págs. 115-116).

Apesar da advertência de Freud, o “masculino” e “feminino” permaneceram por muito tempo na psicologia, permeando inclusive a noção de que a realização “natural” e “sadia” da mulher estaria no envolvimento afetivo e na procriação (sendo o trabalho colocado em segunda ordem de importância), enquanto que a realização “natural” do homem estaria ligada a objetivos concretos, independentes da satisfação emocional. Hoje em dia, essa posição é claramente criticada, sendo inegável que essas motivações e atitudes aparentemente “naturais” do homem e da mulher são aprendidas desde muito cedo e moldadas segundo os estereótipos aceitos por cada cultura.

### III — *A psicologia menospreza o aspecto social do problema da mulher e tende a definir como intra-psíquicos alguns conflitos que decorrem de uma situação social objetiva.*

Esta crítica é dirigida principalmente à psicologia clínica e à psicanálise. Freud, particularmente, apesar de reconhecer, na passagem que citei acima, a determinação social das características femininas, deixou muito a desejar em seus trabalhos teóricos sobre a situação da mulher. Como pai da psicanálise, tem sido muito criticado pela falta de compreensão da verdadeira problemática feminina, o que, de certa forma ele próprio reconheceu ao afirmar que estava longe de compreender o enigma feminino. Segundo ele, apenas por volta da década de 30, e graças ao trabalho de algumas mulheres analistas, a psicanálise começou a conhecer um pouco melhor o processo de desenvolvimento psicológico da mulher (Freud, 1933).

Os seguidores de Freud, no entanto, parecem não ter levado muito em conta esta sua reconhecida limitação, pois não hesitaram em adotar e defender proposições inteiramente infundadas sobre a psicologia feminina, apesar das inúmeras dificuldades teóricas que apresentavam. Por exemplo, na teoria da identificação, a adaptação da hipótese do complexo de Édipo para o caso da menina levou à postulação da existência da inveja do pênis que, apesar de ser muito pouco fundamentada, é até hoje aceita por alguns psicanalistas como o cerne inconsciente dos problemas psicológicos femininos.

No entanto, entre os próprios analistas, e desde os primórdios da psicanálise, apareceram algumas manifestações críticas a essa concepção. Por exemplo, Karen Horney (1926) acreditava que a psicaná-

lise, por ter sido desenvolvida basicamente por homens, era uma psicologia masculina que entendia mais do desenvolvimento do homem do que da mulher. Ela chamou a atenção para o fato de que alguns aspectos da psicologia feminina, enquadrados como processos intra-psíquicos, poderiam ser explicados através da análise da situação social desprivilegiada da mulher, argumento que foi enfaticamente retomado por Clara Thompson (1943). Para esta, há uma explicação social para os sentimentos de inferioridade da mulher em relação ao homem e a inveja do pênis pode ser entendida como uma simbolização destes sentimentos. Segundo ela, "o pênis é o sinal da pessoa que detém o poder numa situação específica nesta cultura, que é a da competição entre homem e mulher. A ati-

tude da mulher, nesta situação, não é qualitativamente diferente da encontrada em qualquer grupo minoritário de uma cultura competitiva. Assim, a atitude denominada inveja do pênis é semelhante à atitude de qualquer grupo desprivilegiado em relação aos que estão no poder" (Thompson, 1943, pág. 124).

Todavia, Horney e Thompson não podem ser consideradas como as autoras mais representativas da corrente psicanalítica. A posição por elas defendida em relação à inferioridade da mulher não encontrou eco entre teóricos de maior prestígio — os quais continuaram a menosprezar a importância da situação objetiva de existência de desigualdade entre os sexos — e, em consequência disto, têm sido sistematicamente criticadas.

### CONTRIBUIÇÃO EM TERMOS DE FORMULAÇÕES TEÓRICAS

A denúncia do enfoque que a psicologia tem dado ao problema da mulher, apresentada acima, embora seja de grande valor, não é suficiente enquanto contribuição para a análise da situação feminina. Resta aos psicólogos a tarefa de elaborar formulações teóricas que ajudem a compreender a inferioridade social da mulher e, principalmente, a aceitação e perpetuação dessa inferioridade.

A análise teórica sistemática do problema da mulher é ainda bastante incipiente na psicologia, embora já possamos citar algumas contribuições importantes, tais como os estudos de Horner (1970) sobre motivo para realização e medo de sucesso, os quais têm gerado inúmeras investigações e discussões teóricas. Na psicologia social, duas linhas principais de investigação se apresentam, que discutirei a seguir a título de exemplo de como a psicologia pode contribuir para a compreensão do papel da mulher.

#### I — A socialização dos papéis sexuais.

O estudo da socialização do ser humano investiga o processo pelo qual o indivíduo adota e internaliza atitudes, valores e comportamentos que correspondem às expectativas de seu grupo social. A socialização é entendida como o processo de aquisição de normas sociais que abrangem desde hábitos simples (por exemplo: comer com garfo e faca) até regras extremamente sutis e complexas de relacionamento interpessoal.

Ao estudar o processo de socialização do papel sexual, ou seja, como meninos e meninas são moldados desde muito cedo para assimilarem os motivos, atitudes, valores e comportamentos próprios de seu sexo, os psicólogos procuram esclarecer um aspecto fundamental da situação feminina que é

o da gênese da sua dependência, passividade e ambivalência quanto à auto-realização.

A identificação da criança com um estereótipo sexual é forçada a partir do momento em que ela nasce, quando é vestida com roupa azul ou cor-de-rosa. Os brinquedos que ganha, os comportamentos que é incentivada a manifestar, as expectativas que os adultos manifestam em torno dela, tudo exerce uma influência marcante na adoção de características psicológicas "femininas" ou "masculinas".

No caso da menina, desde cedo ela é incentivada a manifestar comportamentos de dependência, emotividade, passividade e submissão, tanto em casa como na escola, e entre colegas da mesma idade. Há uma grande pressão social, direta e indireta, para que ela apresente características "femininas" que acabam por se fixar como atitudes e motivações profundas na mulher adulta. Essas características passam, então, a ser consideradas "naturais", ou seja, "parte da natureza da mulher", quando na verdade são determinadas por influências sutis e profundas.

O estudo do processo de socialização é, portanto, um campo riquíssimo de investigação para os psicólogos interessados em explicar a situação da mulher. Por um lado, a melhor compreensão desse processo deverá dar elementos para uma argumentação válida contra aqueles que defendem os fundamentos biológicos ou naturais da inferioridade feminina. Por outro, o estudo das variáveis que atuam sobre o processo de socialização servirá como base para que se possa atuar desde cedo nas crianças, no sentido de liberá-las para adotar comportamentos e atitudes próprios, independentemente de suas características sexuais anatômicas.

É preciso reconhecer, no entanto, que esta intervenção sobre o processo de socialização dos

papéis sexuais só será possível através de uma mudança de atitude das mulheres adultas que assumem, em nossa sociedade, os papéis de principais agentes socializadores (mães e professoras). Tal mudança implica no reconhecimento da existência de desigualdade social entre homens e mulheres e o desejo de contribuir efetivamente para uma reformulação dos papéis sexuais existentes. Enquanto isto não ocorrer, as mulheres estarão contribuindo para a perpetuação de sua situação inferiorizada através da adaptação das crianças aos valores vigentes.

## II — O comportamento de grupos desprivilegiados.

Uma outra linha interessante de análise da situação da mulher, dentro da psicologia social, é a que procura investigar os processos de conflito entre grupos de poder desigual e o comportamento dos grupos desprivilegiados. A situação de desigualdade entre homens e mulheres, que perdura há vários séculos, mantinha-se estacionária e equilibrada enquanto as mulheres aceitavam a superioridade "natural" dos homens. No momento em que esta superioridade foi questionada e as mulheres passaram a reivindicar maior autonomia e participação, gerou-se uma situação de conflito típica, que pode ser comparada à luta pela integração racial. A análise desse conflito é, sem dúvida alguma, um campo riquíssimo de investigações para a psicologia, pois poderá esclarecer as razões porque as mulheres enquanto grupo manifestam dificuldades em atuar objetivamente para mudar sua situação.

Em seu livro sobre resolução de conflito, Morton Deutsch (1973) analisa a situação entre grupos de poder desigual, mostrando como os grupos de menor poder usam a adulação dos grupos poderosos e a ênfase no próprio desamparo e dependência como formas de obter gratificações e benevolência. Com isto a situação de domínio e submissão é perpetuada. Para que seja mudada, é necessário que o grupo desprivilegiado desenvolva a consciência de sua frustração e resolva atuar com coesão e firmeza para gerar uma modificação, pois a tendência do grupo dominante será sempre a de resistir a qualquer tentativa de mudança. Segundo Deutsch:

"É evidente que os que estão satisfeitos com seus papéis e com os resultados de um processo de interação, freqüentemente investem grande interesse em preservar a situação existente e desenvolvem racionalizações apropriadas para justificá-la. Para os que estão dominando, estas racionalizações geralmente aparecem na forma de atribuição de maior competência (maior habilidade, conhecimento, capacidade) e/ou maior valor moral (maior iniciativa, motivação, senso de responsabilidade,

auto-controle) a si mesmos do que aos grupos de status inferior (...). As racionalizações que apóiam o status-quo são geralmente acompanhadas por sentimentos correspondentes que levam seus possuidores a reagir com desaprovação e resistência às tentativas de mudar as relações de poder, e com apreensão e defesa diante da possibilidade que tais tentativas possam ter sucesso" (Deutsch, 1973, pág. 91).

Aplicando-se esta análise para a situação entre homens e mulheres, pode-se prever o grau de resistência que a chamada revolução feminista deverá encontrar. Para vencê-la, é necessário que as mulheres deixem de aceitar seu status inferior como natural e legítimo e passem a atuar no sentido de reformular a ideologia existente e obter uma situação social de igualdade. No entanto, o que encontramos hoje, no grupo feminino em geral, é a tendência para negar ou ridicularizar as denúncias feministas e uma enorme pressão para que a passividade e a submissão continuem existindo. É como se, na fantasia das mulheres, a perda da dependência e submissão significasse também a perda do afeto masculino, conforme demonstraram os estudos de Horner (1970) e Field (1951), que citei.

Este fenômeno de perpetuar uma situação desprivilegiada já foi explicado na psicologia em termos de identificação com o agressor, que significa a assimilação das características punitivas e repressoras da figura (ou figuras) que detém o poder. Ocorreu nos campos de concentração nazistas, onde alguns prisioneiros judeus adotavam em relação ao seu próprio grupo as atitudes punitivas e discriminatórias dos guardas alemães (Bettelheim, 1952), o que pode ser explicado de duas formas: de um lado, é possível que através dessas identificações os prisioneiros se sentissem em igualdade com seus agressores, o que diminuía o medo. De outro, na medida em que dominavam os prisioneiros, eles evitavam atos de insubordinação que poderiam acarretar represálias. Neste sentido, a identificação com o agressor tinha um sentido instrumental valioso.

Embora a hipótese da identificação com o agressor não possa ser aceita tranquilamente pela psicologia científica, tanto por falta de comprovação empírica quanto por dificuldades teóricas de definição, nada impede que a um nível puramente analógico possamos dizer que as mulheres estão identificadas com o grupo repressor. Isto porque elas adotam e perpetuam valores que determinam sua situação inferiorizada, negando-se a defender seus próprios interesses. Creio que a psicologia, à medida em que compreender melhor as causas e o funcionamento deste processo, estará mais apta a atuar objetivamente na busca de igualdade entre homens e mulheres.

Estas duas linhas de investigação que apresentei, evidentemente não esgotam o universo de contribuições teóricas da psicologia para a compreensão do papel da mulher. Servem apenas para mostrar o tipo de abordagem que a psicologia pode dar ao problema feminino, contribuindo para resolvê-lo. Uma análise mais exaustiva das contribuições existentes seria de grande valor, mas não cabe no âmbito deste trabalho.

Em conclusão, acredito realmente que, nos últimos anos, houve uma mudança radical no enfoque que a psicologia dava ao estudo da mulher. A bibliografia de estudos com sujeitos femininos, ou comparativos dos dois sexos, cresceu enormemente. Além disso, notamos uma preocupação em

se levar em conta os determinantes sociais da situação da mulher na explicação de suas atitudes e comportamentos. A noção de traços femininos naturais está pouco a pouco sendo substituída pela hipótese de "valores e atitudes socialmente condicionados". A denúncia crescente da situação inferiorizada da mulher em áreas de realização acadêmica e profissional determinou a busca das causas desta situação, entre as quais está, certamente, o medo do sucesso descrito por Horner. Além disso, há uma tendência à utilização dos conhecimentos da psicologia (sobre processo de socialização e conflitos intergrupais, por exemplo) para melhor compreensão da submissão feminina. Ao que parece, portanto, estamos no caminho certo, embora haja ainda muito por fazer.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALPER, T. 1974. Achievement motivation in college women. *American Psychologist*, 29 (3): 194-203.
- ATKINSONS, J. M. ed. 1958. *Motives in fantasy, action and society*. Van Nostrand, Princeton.
- BETTELHEIM, E. 1952. Individual and mass behavior in extreme situations. In SWANSON, G. E.; NEWCOMB, T. M. e HARTLEY, E. L. ed. *Readings in social psychology*. Revised edition, Holt, Rinehart and Winston, New York.
- BROVERMAN, I. K.; VOGEL, S. R.; BROVERMAN, D. M.; CLARKSON, F. E. e ROSENKRANTZ, P. S. 1972. Sex role stereotypes; A current appraisal. *Journal of Social Issues*, 28 (2): 59-75.
- DEUTSCH, M. 1973. *The resolution of conflict*. Yale University Press, New Haven.
- FIELD, W. F. 1951. *The effects of thematic apperception of certain experimentally aroused needs*. University of Maryland. [Unpublished doctoral dissertation].
- FREUD, S. 1933. Femininity. In STRACHEY, J. ed. *New introductory lectures in psychoanalysis*. Norton and Co., New York.
- HORNEY, K. 1926. The flight from womanhood. *The International Journal of Psychoanalysis*, 7: 324-339.
- HORNER, M. 1970. Femininity and successful achievement; a basic inconsistency. In BARDWICK, J. M. al. ed. *Feminine personality and conflict*. Books/Cole, Belmont.
- McCLELLAND, D. C.; ATKINSON, R. A. C. e LOWELL, E. L. 1953. *The achievement motive*. Appleton-Century-Crofts, New York.
- MEAD, M. 1949. *Male and female*. William Morrow, New York.
- THOMPSON, C. 1943. Penis envy in women. *Psychiatry*, 6: 123-125.

[Recebido para publicação em julho de 1975]